

Art. 2.º São revogados os artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 37/75, de 31 de Janeiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Janeiro de 1992. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Manuel Dias Loureiro* — *Álvaro dos Santos Amaro* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Promulgado em 13 de Março de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 17 de Março de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Decreto-Lei n.º 38/92

de 28 de Março

A actividade de transporte de doentes não está no nosso país devidamente regulamentada, do que resultam graves inconvenientes quanto à rentabilidade dos meios existentes e à eficiência dos serviços prestados.

Torna-se necessário, portanto, proceder ao enquadramento de tal actividade considerando as suas implicações quer no plano dos cuidados de saúde, quer no plano das exigências de segurança rodoviária.

É inegável o interesse de a comunidade em geral e de os doentes em particular disporem de uma rede de transportes de saúde que lhes garanta a cabal satisfação das suas necessidades nesta matéria.

A actividade de transporte de doentes, independentemente de quem a exerce, assume grande relevância na prestação dos cuidados de saúde e está, por isso mesmo, sujeita à disciplina e inspecção do Ministério da Saúde, conforme estipulado no n.º 2 da base XXIII da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto.

Daí que o exercício de tal actividade deva processar-se segundo modelos técnicos e organizacionais que se coadunem eficazmente com os restantes serviços de saúde.

O relevante papel que as corporações de bombeiros têm desempenhado neste âmbito, voluntariamente e de modo duradouro, impõe, a justo título, algumas especificidades de regime.

Foram ouvidos o Serviço Nacional de Bombeiros, a Liga dos Bombeiros Portugueses e os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objecto

1 — A actividade de transporte de doentes, efectuada por via terrestre, rege-se pelo disposto no presente decreto-lei e sua regulamentação.

2 — O presente diploma não abrange o transporte de doentes efectuado por forças militares ou militarizadas, salvo nos casos em que haja para o efeito acordo celebrado com os serviços do Ministério da Saúde.

#### Artigo 2.º

##### Autorização

1 — O exercício da actividade de transporte de doentes depende de autorização do Ministro da Saúde, a conceder nos termos do disposto no presente diploma.

2 — A actividade de transporte de doentes só pode ser exercida por pessoas colectivas.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o exercício da actividade de transporte de doentes por entidade tutelada por outros Ministérios depende ainda de autorização dos respectivos membros do Governo.

4 — A autorização referida nos números anteriores depende de requerimento, do qual deve constar obrigatoriamente:

- a) A área territorial onde se pretende exercer habitualmente a actividade;
- b) A natureza dos transportes a realizar;
- c) O número de veículos existentes a efectuar e suas características;
- d) Certidão do instrumento de constituição de pessoa colectiva e certidão comprovativa dos necessários registos;
- e) Certificados dos registos criminal e comercial referentes aos indivíduos encarregados da administração, direcção ou gerência social, comprovativos da inexistência de inibição do exercício do comércio por ter sido declarada falência ou insolvência, enquanto não for levantada a inibição ou decretada a reabilitação do falido.

5 — No caso das associações ou corporações de bombeiros é dispensada a apresentação dos documentos mencionados na alínea e) do número anterior, que são substituídos por documento comprovativo do auto de posse do respectivo órgão directivo, reconhecido notarialmente.

#### Artigo 3.º

##### Concessão de alvará

1 — Na concessão de alvará são considerados os seguintes requisitos:

- a) Sede em território nacional;
- b) Capacidade financeira necessária para assegurar a boa gestão da entidade transportadora;
- c) Comprovada capacidade profissional do responsável pela frota de transporte afecta ao transporte de doentes, mediante atestado de capacidade profissional, a emitir pelo Ministério da Saúde.

2 — No caso das entidades de utilidade pública é dispensada a prova dos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior.

#### Artigo 4.º

##### Crítérios de atribuição de alvará

Na atribuição de alvarás são tomados em consideração os seguintes critérios:

- a) Natureza dos serviços a prestar e da área de acção;
- b) Avaliação dos meios existentes;

- b) A utilização na actividade de transporte de doentes de veículos não licenciados;
- c) O incumprimento do regime de inspecção periódica dos veículos.

3 — Constitui contra-ordenação, punível com coima de 50 000\$ a 200 000\$, a incorrecta identificação do veículo destinado ao transporte de doentes.

4 — A tentativa e a negligência são puníveis.

### Artigo 13.º

#### Processo de contra-ordenação

1 — Às contra-ordenações previstas no presente diploma aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro.

2 — À Direcção-Geral de Viação incumbe, na área da sua competência, processar as contra-ordenações resultantes das infracções ao presente diploma.

3 — A aplicação das coimas resultantes dos processos de contra-ordenação é da competência do respectivo director-geral.

4 — O produto das coimas previstas no presente diploma reverterá para o estado na percentagem de 70 %, e o remanescente, em partes iguais, para o Instituto Nacional de Emergência Médica e para a Direcção-Geral de Viação.

### Artigo 14.º

#### Norma transitória

1 — Às entidades de utilidade pública que, à data da entrada em vigor do presente diploma, exerçam a

actividade de transporte de doentes será concedido imediatamente, pelo período de um ano, o respectivo alvará.

2 — Durante o período de tempo a que se refere o número anterior, devem tais entidades fazer prova da observância dos requisitos mencionados no presente diploma, sob pena de caducidade do alvará concedido.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, no que se refere à observância dos requisitos legalmente exigidos, serão ouvidos o Serviço Nacional de Bombeiros e a Liga dos Bombeiros Portugueses.

### Artigo 15.º

#### Competência dos órgãos das Regiões Autónomas

As competências conferidas pelo presente diploma serão exercidas, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelos órgãos e serviços que nelas prossigam idênticas atribuições.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Fevereiro de 1992. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Mário Fernando de Campos Pinto* — *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado* — *Manuel Dias Loureiro* — *Jorge Braga de Macedo* — *Arlindo Gomes de Carvalho*.

Promulgado em 13 de Março de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MARIO SOARES.

Referendado em 17 de Março de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



## DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTA NÚMERO 48\$00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex